



Fundação Educacional Dr. Raul Bauab Jahu

Rua Tenente Navarro, 642 - Centro - 17.207.310

Fone/Fax: (14) 2104-3300 - 2104-3301

CNPJ nº 50.761.121/0001-24

Fundação Educacional Dr. Raul Bauab JAHU

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em reais)

1. Contexto operacional

A **Fundação Educacional Dr. Raul Bauab JAHU** ("Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos de duração indeterminada, com a aplicação integral de suas rendas, recursos e resultados eventuais na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

Rege-se por Estatuto Social, com sede e foro na cidade de Jaú – SP, e tem por finalidade o ensino infantil, ensino regular de primeiro e segundo grau e de nível superior, cobrindo as áreas de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Letras, Direito, Enfermagem, Psicologia, Educação Física, Comunicação Social, além de cursos de especialização nas áreas de Psicopedagogia Institucional e Clínica e MBA em Gestão Financeira.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Fundação avaliou os impactos e riscos relativos aos negócios causados pela pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19). A administração da Fundação no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, adotaram medidas como: redução das aulas presenciais e adoção das aulas online, adesão das orientações do Ministério e Secretarias de Saúde, reforço nas higienizações, distribuição de álcool líquido e em gel 70%, distribuição de máscaras de proteção para colaboradores e prestadores de serviços. Ainda, em relação aos procedimentos de prevenção a COVID-19, reorganização das áreas da Fundação respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas e orientações.

No decorrer do exercício de 2020, a inadimplência foi acima dos padrões habituais e houve muitos cancelamentos de matrículas, transferências e trancamento. Ressalta-se que 75% das despesas da Fundação está relacionado à folha de pagamento e seus desdobramentos, sendo assim considere-se que o maior impacto é na média salarial do corpo docente, o qual não foi diminuído devido as aulas presenciais serem substituídas por remotas, portanto, todos os professores foram mantidos.

Para o exercício de 2021, a Administração visando que a pandemia permanece ativa e em crescimento, entende que a proibição por parte dos poderes públicos de aulas presenciais irá permanecer, resultando numa diminuição de matrículas e rematrículas, e conseqüentemente queda de receitas. Todavia, a Fundação vem se preparando para um retorno das aulas presenciais, aguardando a devida



permissão. A Administração desenvolveu estratégias de marketing para atrair novos alunos, bem como planos de renegociação de débitos para aqueles alunos que tenham pendências financeiras possam renegociar seus débitos e realizarem suas matrículas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresa – NBC TG 1000 (R1), adaptadas as peculiaridades da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 22 de janeiro de 2021, porém os trabalhos de fechamento continuaram até 19 de fevereiro de 2021 com a elaboração da nota explicativa e demais demonstrativos, seguindo para a aprovação do conselho fiscal em 01 de março de 2021 e apresentação final a assembleia Geral 20 de março de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, no entanto, é uma parte essencial da elaboração e de acordo com a Norma contábil não prejudica sua confiabilidade.



As demonstrações financeiras da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes às perdas de contas a receber, à vida útil dos bens do imobilizado, provisão para contingências, entre outras similares.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) equivalentes de caixa; ii) contas a receber; e iii) outros créditos. Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) empréstimos e financiamentos; e iii) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Fundação reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.



A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação.

c. Contas a receber

As mensalidades a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com créditos esperada é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d. Estoques

O estoque de material é avaliado pelo método do custo médio ponderando, que pode resultar em itens com valor superior ou inferior ao valor do mercado.

e. Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os bens imóveis foram ajustados pelo valor justo de mercado, conforme nota explicativa 7.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.



e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Intangível

Consiste em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear.

g. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido da instituição financeira, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos.



Fundação Educacional Dr. Raul Bauab Jahu

Rua Tenente Navarro, 642 - Centro - 17.207.310

Fone/Fax: (14) 2104-3300 - 2104-3301

CNPJ nº 50.761.121/0001-24

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

i. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa (item 12) e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas



demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

m. Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificadas no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

n. Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas

o. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

p. Isenções usufruídas

A Fundação usufrui de isenções previdenciárias conforme a Lei nº 12.101/09 artigo 29, e tributária (COFINS e Contribuição Social) em decorrência da imunidade contida no artigo 150 inciso 6º letra C da Constituição Federal.

4 Caixa e equivalente de caixa

Modalidade	2020	2019
Caixa	2.983	9.412
Bancos conta movimento	3.359	21.925
Aplicações financeiras	4.229.057	3.186.022
	4.235.399	3.217.359



Fundação Educacional Dr. Raul Bauab Jahu

Rua Tenente Navarro, 642 - Centro - 17.207.310

Fone/Fax: (14) 2104-3300 - 2104-3301

CNPJ nº 50.761.121/0001-24

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromisso de caixa de curto prazo da Fundação. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por aplicações em fundos de aplicação referenciada pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5 Contas a receber

Composição de contas a receber do ativo circulante e não circulante.

a. Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Mensalidades a receber	1.759.615	1.981.094
Programa de bolsas a receber - FIES (i)	564.001	674.682
Acordos administrativos	434.049	341.258
Acordos judiciais	1.104.543	1.057.641
Promissórias renegociadas	8.642	10.476
	3.870.850	4.065.151
(-) Perdas de crédito esperadas	(1.859.782)	(705.819)
Ativo Circulante	2.011.068	3.359.332
Ativo Não Circulante		
Anuidades processos Judiciais LP	43.176	43.079

(i) Fundo de Financiamento Estudantil do Ministério da Educação.

b. Idade dos saldos

Em 31 de dezembro de 2020, o contas a receber possui a seguinte composição por idade de saldo:

À Vencer / Vencidos	Categoria	Mensalidades	FIES	Acordo Administrativo	Acordo Judicial	Promissórias	Total
À VENCER	1. Até 30 dias	345.706	41.687	29.609	25.664	-	442.665
	2. De 30 até 60 dias	-	-	20.013	63.756	-	83.770
	3. De 61 até 90 dias	-	-	14.066	19.254	-	33.320
	4. De 91 até 120 dias	-	-	10.344	18.473	-	28.817
	5. De 121 até 150 dias	-	-	7.893	18.027	-	25.920
	6. De 151 até 180 dias	-	-	4.874	14.081	-	18.956
	7. De 181 até 360 dias	-	-	4.944	68.202	-	73.146
	8. Acima de 360 dias	-	-	-	43.806	-	43.806
À VENCER Total		345.706	41.687	91.744	271.264	-	750.399
VENCIDOS	1. Até 30 dias	139.073	117.360	91.059	114.567	-	462.059
	2. De 30 até 60 dias	115.792	69.981	23.069	43.547	-	252.389
	3. De 61 até 90 dias	97.722	29.096	20.230	16.368	-	163.416
	4. De 91 até 120 dias	85.713	30.304	14.105	17.769	-	147.892
	5. De 121 até 150 dias	91.651	29.652	12.251	17.806	-	151.359
	6. De 151 até 180 dias	29.193	29.565	5.238	21.799	-	85.794
	7. De 181 até 360 dias	205.557	54.481	38.975	112.243	-	411.255
	8. Acima de 360 dias	649.209	161.877	137.380	532.357	8.642	1.489.463
VENCIDOS Total		1.413.910	522.315	342.306	876.455	8.642	3.163.627
Total Geral		1.759.615	564.002	434.049	1.147.719	8.642	3.914.026



6 Impostos a recuperar

Em 2020, a Fundação contratou empresa especializada que realizou o levantamento e a recuperação dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição para PIS sobre folha, observando o período de novembro de 2015 a junho de 2020. Em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, objeto de Repercussão Geral, assentou entendimento pela imunidade das entidades beneficentes de assistência social em relação à contribuição ao PIS Folha, prevista no art. 13 da MP nº 2.158-35/2001.

Os referidos créditos constam com a situação em análise e aguarda decisão da Receita Federal. De acordo com a lei 11.457/2007 o prazo para o deferimento ou indeferimento do pedido é de 360 dias. O uso do crédito iniciou em dezembro de 2020, conforme art. 74 da Lei 9.430/1996 que permite a utilização do crédito líquido e certo, todavia, o tramite não se encontra avaliado e julgado, podendo ser questionado pela autarquia, assim, obedecendo aos prazos legais, a Fundação registrou o direito no ativo e a possível obrigação no passivo.

ATIVO

Tributos Federais a recuperar	
PIS FOLHA a recuperar - PERDCOMP	537.089,11
Compensação efetuada em Dez/2020 (i) -	25.813,00
	<u>511.276,11</u>

PASSIVO

Outras contas do Passivo Circulante	
Pedido de Restituição - PIS FOLHA (ii)	537.089,11

- (i) O valor deduzido refere-se ao valor de face. O juro decorrente da operação foi reconhecido na conta de resultado.
- (ii) O valor do passivo continua integral, pois aguarda parecer da Receita federal. Este valor ao não ser questionado e aprovado, representa uma receita e será reconhecido na data oportuna.



7. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Terrenos (i)	-	34.676.141	-	34.676.141	34.676.141
Construções (ii)	4%	7.385.781	(4.138.964)	3.246.817	3.361.871
Móveis e utensílios	10%	1.122.814	(512.341)	610.473	728.661
Máquinas e equipamentos	10%	519.871	(237.749)	282.122	305.892
Equipamentos de comunicação	20%	123.343	(111.280)	12.064	13.097
Equipamentos esportivos	20%	20.699	(5.870)	14.829	18.969
Equipamentos de monitoramento	20%	108.249	(15.586)	92.663	31.862
Biblioteca	10%	1.397.881	(1.263.042)	134.840	274.627
Computadores e periféricos	20%	760.907	(638.553)	122.354	148.391
Laboratório	10%	161.827	(161.827)	-	-
Instalações	10%	19.179	(10.612)	8.567	10.485
Programas de computação	20%	-	-	-	804
Sistema de prevenção e combate incêndio	10%	353.508	(92.650)	260.858	296.209
Veículos	20%	18.000	(1.540)	16.460	-
Sistema de energia	10%	285.000	(14.250)	270.750	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	274.750
		46.953.201	-7.204.264	39.748.937	40.141.759

- (i) A Fundação possui uma gleba da terra, denominado "Gleba I" com área de 46.432,25 m² (matrícula 69.926) e um terreno urbano com área de 215,06 m² (matrícula 69.927), de área remanescente da Gleba I separado por rua implantada pela Municipalidade, ambos localizados na cidade de Jaú SP, que não está sendo utilizado para propósito operacional. No ano de 2016, os imóveis foram avaliados ao valor justo de mercado, no montante de R\$ 34.661.000, sendo registrados contabilmente na conta do imobilizado em contrapartida o patrimônio social, com base em laudo de avaliação elaborado por perito.
- (ii) Construções: refere-se as benfeitorias em imóveis realizadas pela Fundação em sua sede, cujo os prédios são de propriedade da Prefeitura Municipal de Jaú.

Sobre a ocupação dos prédios de propriedade da Prefeitura Municipal de Jaú pela Fundação, que anualmente vem sendo apontada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e visando regularizar a situação, iniciaram-se tratativas e posteriormente um procedimento junto ao Ministério Público para realização de permuta de imóveis de propriedade da Fundação (matrículas nº 69.926 e 69.927) e Prefeitura (matrículas nº 4.953, 4954 e transcrição nº 27.761), da seguinte forma:

Em 2013 a Administração juntamente com seus consultores jurídicos, encaminharam ofícios para Prefeitura Municipal de Jaú, sugerindo a permuta com objetivo de solucionar a questão da ocupação do prédio de propriedade da Prefeitura pela Fundação. Em 2016 foi elaborado laudo de avaliação dos imóveis pelo perito Sr. José Grossi Junior (CREA n.º 060.142.591.8-SP), para instruir o procedimento de permuta, sendo nos meses subsequentes sancionada a Lei Municipal n.º 5.133, autorizando o prefeito Municipal a efetivá-la. Ainda em 2016, a Administração apresentou ao Ministério Público o parecer favorável do Conselho Curador da Fundação para realização da permuta. Em 2017, Ministério Público solicitou ao CAEX (Centro de Apoio Operacional à Execução) parecer técnico concernente à

**Fundação Educacional Dr. Raul Bauab Jahu**

Rua Tenente Navarro, 642 - Centro - 17.207.310
Fone/Fax: (14) 2104-3300 - 2104-3301
CNPJ nº 50.761.121/0001-24

avaliação dos imóveis objeto, e posteriormente após todos os atos legais, o Ministério Público emitiu parecer autorizando a permuta dos imóveis entre a Fundação e a Prefeitura. Em 2019, após emitida a autorização, a Prefeitura por meio da Procuradoria Geral do Município apresentou parecer jurídico, no qual se manifestou como contrária, razão pela qual restou prejudicada a análise da escritura pública de permuta. Em março de 2020 foi realizada uma nova reunião entre a Fundação e o Ministério Público, informando que o município solicitou um novo prazo para submeter a questão à análise da Secretaria de Finanças.

As movimentações na rubrica "imobilizado" durante os exercícios foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Saldo no início do exercício	40.141.759	39.755.681
Aquisições	328.949	1.090.254
Baixas	(11.782)	(42.380)
Depreciações	(710.635)	(661.796)
Reclassificações intangível	(218)	-
ajuste de exercício anterior	863	-
Saldo no final do exercício	39.748.937	40.141.759

8. Salários, férias e encargos sociais

PASSIVO	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamentos FGTS	203.709	1.593.362	1.797.071	165.298	1.776.984	1.942.282
Parcelamentos INSS	286.050	774.835	1.060.886	184.931	685.858	870.789
Férias e encargos sociais	602.245	-	602.245	713.405	-	713.405
Salários e ordenados	580.735	-	580.735	620.801	-	620.801
FGTS	90.424	-	90.424	139.892	-	139.892
Contribuições previdenciárias	72.977	-	72.977	80.594	-	80.594
Rescisões a pagar	1.563	-	1.563	29.514	-	29.514
Pensão alimentícia	416	-	416	477	-	477
	1.838.119	2.368.197	4.206.316	1.934.912	2.462.842	4.397.754

9. Receita a apropriar

Descrição	2020	2019
Colégio	708.479	948.268
Administração	27.188	56.719
Saúde	121.365	151.491
Pedagogia	16.291	35.258
Direito	78.342	129.733
	951.665	1.321.469

Refere-se à recebimentos de antecipações de mensalidades e matrículas correspondente ao exercício seguinte.



10. Outras Obrigações

Impostos, taxas e contribuições	2020	2019
IRRF a recolher	106.210	147.521
PIS a recolher (i)	-	8.316
ISS a recolher	618	869
CRF a recolher	1.473	1.215
Contribuição sindical a recolher	33	54
Mensalidade sindical a recolher	1.237	1.454
IRRF a recolher - parcelamento	173.728	112.315
	283.299	271.745
Outras contas		
Acordos trabalhista a pagar	183.683	3.000
Adiantamento de cliente	2.685	-
Cheque a compensar	3.876	1.297
Convenios a pagar	20.793	20.580
Creditos a identificar (ii)	59.132	126.787
Pedido de restituição - PIS Folha (iii)	537.089	-
	807.258	151.665
Total geral	1.090.557	423.410
IRRF a recolher - parcelamento - LP	332.932	327.585

- (i) O imposto do PIS recolhido sobre o valor da folha a partir de novembro de 2020 não foi mais recolhido observado a instrução da empresa especializada, em virtude da imunidade das entidades beneficentes de assistência social (ver item 6).
- (ii) Os créditos a identificar referem-se a valor de Fies repassados até 31 de dezembro de 2020, que estão aguardando a lista com os apontamentos dos nomes para efetuar a baixa dos respectivos clientes/alunos.
- (iii) Pedido de restituição de imposto via PERDCOMP que encontra-se com a situação em análise (ver item 6).

11 Provisão para contingências

A Fundação é parte envolvida (polo passivo) em ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

Descrição	2020	2019
Trabalhistas (i)	100.000	(160.000)
Cíveis	-	(350.000)
	100.000	(510.000)

(i) Trabalhistas

A Fundação discute na justiça ações de naturezas trabalhista, para as quais a Administração da Fundação decidiu, com base na opinião dos assessores jurídicos, que classificam como perda provável,



constituir provisão para contingências em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 100.000 (R\$ 160.000 em 2019, além de R\$ 350.000 de natureza cível), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas nas ações citadas.

12. Passivos contingentes

A Fundação discute ações passivas de natureza cível e trabalhista que montam R\$ 397.343, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas no exercício de 2020 não foi constituída provisão, considerando que a probabilidade de perdas é possível, mas não provável.

13. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 40.057.578 (R\$ 39.752.659 em 2019).

b. Superávits acumulados

O superávit acumulado do exercício foi de R\$ 176.379 e deve ser incorporado no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária – AGO da Fundação.

14. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as fundações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a operação normal da Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.



Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos) consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

15 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações. A Administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes principais riscos: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de riscos da Fundação são estabelecidas pela Administração para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar os riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições externas e nas atividades da Fundação.

Risco de crédito é o risco de perdas com as contas a receber e em investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Fundação adota a política de análise de seus devedores, com a constituição da provisão das perdas com créditos estimadas. A exposição máxima de risco de crédito é o valor contábil dos ativos financeiros.

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação possa encontrar em cumprir suas obrigações associadas com seus passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação apresenta os ativos circulantes, menos estoques, superiores aos passivos circulantes em R\$ 3.086.387 (R\$ R\$ 3.087.136 em 2019).

Risco de mercado é o risco que a Fundação tem decorrente da possibilidade de oscilação dos valores de mercado, tais como as taxas de juros ou dos preços de mercado dos seus serviços (mensalidades) dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviços. Administração adota controles para manter a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.



16. Remuneração da Administração

A Assembleia Geral, composta de 55 (cinquenta e cinco) membros, natos ou não, é o órgão soberano de deliberação dos assuntos de sua atribuição, responsável por eleger em reunião ordinária e através de escrutínio secreto, os membros do Conselho Curador, o Presidente e o Vice-Presidente da Fundação, com exceção do membro do Conselho Curador representante da comunidade acadêmica. Os membros do Conselho Curador que integram a Assembleia Geral serão eleitos, juntamente com o Presidente e o Vice-Presidente, necessariamente membro, nato ou não, da Assembleia Geral, será por ela eleito para mandato de 4 (quatro) anos ou o tempo restante em caso de substituição e impedimento, permitidas as reeleições.

Os membros da Assembleia Geral e, conseqüentemente, do Conselho Curador, bem como o Presidente e Vice-Presidente não serão remunerados e a eles não serão concedidos vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título.

17. Mensalidades

Receitas de mensalidade	2020	2019
Mensalidade de graduação - ed superior	15.624.910	18.155.816
Mensalidade de pós graduação	39.706	135.704
Mensalidade de educação básica	<u>9.626.383</u>	<u>9.298.307</u>
Receita de educação	25.290.999	27.589.827
Receitas de mensalidade revertida em bolsa		
Mensalidade de graduação - revertida em bolsa	3.342.352	3.120.748
Mensalidade de pós graduação - revertida em bolsa	-	7.212
Mensalidade de educação básica - revertida em bolsa	<u>2.530.321</u>	<u>3.059.590</u>
	5.872.673	6.187.550
	19.418.326	21.402.277

18. Bolsas de estudos concedidas

A Fundação concedeu bolsas de estudo para aproximadamente 545 alunos em 2020 (620 em 2019), nos montantes de R\$ 5.872.673 e de R\$ 6.187.550, respectivamente.

As gratuidades (bolsas de estudos e projetos sociais) foram concedidas com base na Lei nº 11.096/05, artigo 11, além de observar também os dispostos da Lei nº12.101/09, artigo 13 e decreto nº 7.237/10 e Lei nº12.868/13, conforme quantidade de bolsas abaixo:

**Fundação Educacional Dr. Raul Bauab Jahu**

Rua Tenente Navarro, 642 - Centro - 17.207.310

Fone/Fax: (14) 2104-3300 - 2104-3301

CNPJ nº 50.761.121/0001-24

Tipos de bolsa	2020			2019		
	Colégio	Graduação e Pós	Total	Colégio	Graduação e Pós	Total
Bolsa funcionários	70	14	84	69	15	84
Bolsa PROUNI	-	232	232	-	254	254
Bolsa social 100%	89	-	89	88	-	88
Outras bolsas - integral	2	5	7	4	19	23
Inadimplentes acima de 90 dias - Não Matriculado:	38	79	117	22	125	147
Total	199	330	529	183	413	596
Alunos matriculados	627	1.166	1.793	696	1.409	2.105
% Bolsistas	32%	28%	30%	26%	29%	28%
Bolsa Parcial 50%						
Bolsa social 50% (Colégio)	16	-	545	24	-	620
	1,28%		31%	1,72%		30%

19. Corpo docente

Descrição	2020	2019
Salários e ordenados	(7.123.021)	(7.918.666)
Férias	(881.899)	(870.887)
FGTS	(781.427)	(1.207.203)
13º Salário	(629.567)	(635.736)
Plano de saúde	(276.462)	(303.677)
Indenização trabalhista	(273.052)	(11.512)
Cesta básica	(109.245)	(103.885)
Abono especial	(94.332)	(12.887)
PIS	(73.586)	(94.711)
Aviso prévio remunerado	(44.725)	(65.979)
Outros benefícios	(20.215)	(47.731)
	(10.307.531)	(11.272.872)

20. Despesa com pessoal

Descrição	2020	2019
Salários, adicionais e gratificações	(1.143.738)	(1.673.797)
Férias	(162.516)	(194.509)
FGTS	(131.243)	(214.054)
13º salário	(117.348)	(144.903)
Indenização trabalhista	(86.229)	(76.008)
Cesta básica	(60.435)	(73.818)
Outras despesas com pessoal	(27.353)	(59.855)
Uniformes e utilidades	(21.722)	(3.033)
Abono especial	(19.684)	(16.897)
Aviso prévio remunerado	(9.806)	(9.468)
PIS	(11.981)	(16.425)
	(1.792.055)	(2.482.766)



21. Resultado financeiro líquido

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Multa e juros	232.121	383.813
Rendimentos de aplicações financeiras	93.540	206.013
Descontos obtidos	2.516	3.509
Acrescimo recebido		1.500
Dividendos recebidos	2.550	680
Juros ao capital	1.754	2.233
	332.481	597.748
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(855.798)	(273.764)
Desconto condicionais (Pontualidade)	(2.483.823)	(1.772.179)
Juros passivos e Encargos	(152.557)	(532.827)
Juros sobre parcelamentos	(775.527)	(340.454)
Despesas bancárias e IOF	(29.286)	(37.947)
Outras despesas financeiras	(14.544)	(25.119)
	(4.311.535)	(2.982.290)
	(3.979.054)	(2.384.542)

22. Isenções Previdenciárias Usufruídas

As isenções mencionadas no artigo 29, da lei 12.101/09, são demonstradas a seguir, como se devidas fossem.

<u>INSS</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Isenção Usufruída	2.608.887	2.905.366

23. Isenções Fiscais e Tributárias

Em decorrência da imunidade tributária contida no artigo 150 inciso 6º letra C da Constituição Federal os benefícios fiscais foram:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cofins	508.891	618.413
Contr Social	15.874	27.443
	524.766	645.855

24. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



Fundação Educacional Dr. Raul Bauab Jahu

Rua Tenente Navarro, 642 - Centro - 17.207.310

Fone/Fax: (14) 2104-3300 - 2104-3301

CNPJ nº 50.761.121/0001-24

25. Contas de Compensação

A Fundação utiliza-se de contas Extras Patrimoniais para registro de bens em comodato, as quais não tem efeito direto no Patrimônio da Fundação, são demonstradas nos balancetes mensais, mas não são apresentadas nas demonstrações.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Conta de Compensação	3.831	3.831

Jaú-SP, 31 de dezembro de 2020.

Presidente: Raul Bauab Filho
CPF: 068.615.258-12

Marilaura Figueira Togni
CRC 1SP267833/O-8